

Entre a casa e a rua

Privatização e controle do espaço público

ANA CAROLINA MORETT, JOANA PARANHOS, THAÍSA COELHO E UYARA ASSIS

Não faz muito tempo que o antropólogo Roberto DaMatta definiu em seu livro *A casa e a rua* a diferença cultural entre o espaço público e o espaço privado. Segundo o cientista social, a rua é o lugar do anonimato, do impessoal, onde não há espaço para elos mais especializados. A casa, ao contrário, é o lugar da cordialidade, das relações íntimas. A separação entre esses dois ambientes, tão opostos e tão complementares, no entanto, já não é mais tão simples. As inovações tecnológicas, aliadas ao clamor da sociedade por segurança, têm tornado a linha da separação entre o público e o privado cada vez mais tênue. Para Ilana Strozemberg, antropóloga e pesquisadora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o principal responsável pela nova intersecção entre a casa e a rua é a presença de câmeras na cidade. “Com a instalação de câmeras nas ruas, o domínio público está sendo registrado como nunca foi. Esses mecanismos de segurança estabelecem um espaço de maior controle onde havia maior liberdade de trânsito”, explica Strozemberg.

Segundo a pesquisadora, o maior problema da transformação dos lugares públicos em espaços vigiados é o fato de as pessoas não estarem necessariamente alertas para a vigilância. A publicitária Cristiane



Laranjeira, 35 anos, está acostumada a frequentar locais equipados por câmeras e concorda com a opinião da antropóloga. “O problema das câmeras não é o simples fato de elas estarem ali, nos observando, mas o fato de nós esquecermos que existe um olhar nos espreitando. Se entro no elevador sozinha e vejo um espelho, não vou pensar duas vezes em ajeitar o cabelo, a roupa ou até tirar um pedaço de comida que está preso entre os dentes. E vou fazer tudo isso sem atentar para o fato de que estou sendo filmada. Para mim, isso não deixa de ser invasão de privacidade”, reclama a publicitária.

O porteiro do prédio em que Cristiane trabalha, Sidney Antunes, também acredita que as câmeras sejam invasivas. O funcionário, conhecido como Bill, passa 12 horas por dia trancado na sala de monitoramento do edifício e se diverte assistindo o comportamento das pessoas nos elevadores e corredores. Para ele, as câmeras funcionam como um “Big Brother” particular. “É incrível, porque quando estão sozinhas as pessoas agem como se estivessem em casa. Elas sabem que o elevador é público, mas por estarem desacompanhadas e em local fechado se comportam como se aquele espaço fosse privado. Todos fazem isso com a maior naturalidade, sem nem notar a placa que diz: ‘sorria, você está sendo filmado’”, conta o porteiro.

De acordo com Strozemberg, o fato de sermos vigiados sem saber que somos – ou sem notar – faz com que vivamos na “sociedade do controle”, como dizia o filósofo francês Michel Foucault. Por isso, a antropóloga acredita que o que deve ser observado não é a presença da câmera em si, mas o uso que se faz dela. No ambiente de



trabalho, por exemplo, a instalação de câmeras pode servir para aumentar o controle e a cobrança aos funcionários por parte dos patrões. “Os chefes querem aumentar o controle do capital trabalho, observando se o empregado conversa, se se levanta muito, etc. Aí também há um interesse em controlar a vida das pessoas. Temos que perceber as diferenças entre cada situação. Temos que tomar cuidado para não fazer generalizações”, alerta.

Para Mauro Freitas, sociólogo e professor da PUC-Rio, não há dúvidas de que a difusão das câmeras na cidade representa uma tendência à privatização do espaço público e à expansão dos mecanismos de controle e vigilância. Mas, assim como Strozemberg, ele acredita que o cerne dessa transforma-


ção seja a tênue linha que separa o desejado aumento da segurança e do controle sobre o comportamento dos indivíduos. “Como segurança, liberdade e privacidade são direitos que envolvem valores, fica muito difícil definir fronteiras. O que é mais importante? Segurança ou liberdade? Não há uma resposta definitiva para a questão. Resta apenas a árdua tarefa, mas necessária, de se discutir publicamente qual preço estamos dispostos a pagar pela garantia destes direitos, haja vista que eles podem ser em alguma medida contraditórios”, diz Freitas.

O uso de câmeras como forma de controle, centro de debate de estudiosos e especialistas no assunto, não é mera especulação. Segundo a gerência da concessionária de segurança Celg, o núme-

***“Com instalação de câmeras nas ruas,
o domínio público está sendo registrado
como nunca foi” Ilana Strozemberg***

ro de comerciantes que solicitam a instalação de câmeras para fiscalizar o trabalho de funcionários e evitar roubos é cada vez maior. A demanda por equipamentos com esse objetivo já é maior que a procura por câmeras de segurança para casas e condomínios residenciais. Ainda segundo a empresa, as vendas cresceram 30% nos últimos três anos.

Apesar dos números apontarem para uma tendência da cidade se tornar cada vez mais vigiada, Strozemberg tem uma visão otimista. A pesquisadora crê que a própria sociedade saberá impedir que os novos mecanismos de segurança se transformem em ferramentas de controle, já que ninguém vai querer ficar aprisionado dessa forma. “Acredito que quando as coisas chegam a um abuso, as sociedades reagem de forma a preservar algum meio de ordem e de manutenção”, afirma.

Para Freitas, não há como definir o que vai acontecer com a instalação de um número cada vez maior de câmeras nos espaços públicos quanto nos espaços privados da cidade. O sociólogo acredita que tudo vai depender de uma questão de bom senso. “Câmeras em si não são boas nem más. O que pode ser bom ou mal é o uso que se faz delas”, define. 



É incrível, porque quando estão sozinhas, as pessoas agem como se estivessem em casa” Sidney Antunes

“Câmeras em si não são boas nem más. O que pode ser bom ou mal é o uso que se faz delas” Mauro Freitas

Câmeras de segurança escondem rostos

As câmeras de segurança, presentes na maioria dos lugares públicos, têm o uso criticado pela invasão de privacidade que geram. Pensando nessa polêmica, pesquisadores norte-americanos desenvolveram um aparelho que cobre com uma marca oval as faces das pessoas que aparecem nos vídeos. De acordo com a publicação *Technology Review*, o equipamento ainda está em teste. Os cientistas afirmam que a câmera poderá ser utilizada com a mesma aplicação das demais, permitindo que a marca usada para proteger a identidade das pessoas seja retirada, se necessário, para uma investigação.

Por enquanto, a câmera pode esconder o rosto de pessoas que estão vestindo um marcador, na forma de um chapéu amarelo ou uma vestimenta verde. Em testes, o equipamento identificou corretamente 93% das pessoas com marcadores. Em condições de luz mais uniforme, o sucesso se repetiu e a taxa foi de 96%.

Para especialistas no assunto, mesmo que esses sistemas sejam colocados em uso, haveria um grande debate sobre o que seria necessário para tirar a proteção fornecida pelo equipamento. O assunto ainda vai render discussões entre Estado, população e pesquisadores.